

EDITAL Nº 69 /2020

--- Luís Manuel Abreu de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, torna públicas, de acordo com as disposições do art.º 56º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, realizada no dia 28 de julho. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----APROVAÇÃO DE ATAS -----

--- A ata de 30 de junho de 2020 foi aprovada com quatro votos a favor não tendo .Os Srs. Vereadores José Paul Pereira, Catarina Lamas e João Lourenço Marques não participaram na votação por não terem estado presentes na reunião.-----

--- A ata de 14 de julho de 2020 foi aprovada com cinco votos a favor. Os Srs. Vereadores José Paul Pereira e Silvino Lúcio, não participaram na votação por não terem estado presentes na reunião. -----

-----EXPEDIENTE -----

---1. Proposta Nº 62/P/2020 - Requalificação e Refuncionalização dos Espaços Interiores do Edifício da Divisão de Urbanismo e Unidade de Atendimento – Retificação das Peças do Procedimento / Prorrogação de Prazos para Apresentação de Propostas -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que: -----

--- Por deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião de 19 de maio de 2020, que aprovou a Proposta n.º 32/P/2020 - Anexo 1, foi autorizada a abertura de procedimento de concurso público, sem publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de um contrato de empreitada de obras públicas para a Requalificação e Refuncionalização dos Espaços Interiores do Edifício da Divisão de Urbanismo e Unidade de Atendimento da Azambuja, bem como a despesa inerente, no valor de 1.055.000,00 € (um mil e quinhentos e cinquenta e cinco mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias; -----

--- Na referida deliberação foram ainda aprovadas as respetivas peças, o programa de concurso e o caderno de encargos, e designado o Júri do procedimento; -----

--- O prazo para apresentação das propostas teve início no dia 29 de maio de 2020;-----

--- No primeiro terço do prazo para apresentação de propostas foram solicitados esclarecimentos e apresentadas listas de erros e omissões pelos interessados, conforme consta da ata do Júri do procedimento, datada de 20 de julho de 2020 - Anexo 2; -----

--- Analisados os referidos esclarecimentos e listas de erros e omissões, o Júri verificou que existe uma incoerência entre mapa de quantidades das peças do procedimento em comparação com o mapa de quantidades “resposta critério” para preenchimento direto na plataforma, a que acresce a circunstância do mapa de quantidades anexo ao Caderno Encargos não estar completo, em virtude de terem sido inadvertidamente suprimidos os artigos do 7.13.11 ao 10.7., na conversão do ficheiro de Excel para PDF;

--- Em resultado de alguns dos esclarecimentos solicitados pelos interessados, da análise das listas de erros e omissões e da reanálise oficiosa das peças do procedimento, o Júri entendeu ainda propor para aprovação da Câmara Municipal (órgão competente para a decisão de contratar), a retificação oficiosa das peças do procedimento, conforme consta daquela Ata;-----

--- Não foi possível, dentro do prazo referido no n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), dar cumprimento cabal aos pedidos submetidos, que implicaram uma reanálise das peças do procedimento e que, atento o término do prazo para a apresentação das propostas, as retificações e os esclarecimentos serão comunicados para além do prazo estabelecido para a apresentação das propostas, devendo este prazo ser prorrogado, nos termos do disposto no artigo 64º do CCP; -----

--- Conforme dispõe o n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a retificação das peças do procedimento e a decisão de prorrogação do prazo cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, que é, neste caso em concreto, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 36.º do CCP conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por lhe estar atribuída, atendendo ao respetivo valor, a competência para autorização da despesa.-----

--- Proponho que a Câmara Municipal, tendo em consideração o teor da deliberação do júri do procedimento, constante da ata de 20 de julho de 2020, em anexo, delibere: -----

---1. Retificar as peças do procedimento (Caderno de Encargos Mapa de Quantidades de Trabalho), ao abrigo do disposto no artigo 50º do CCP, nos termos propostos pelo júri do procedimento; -----

---2. Prorrogar o prazo para apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações, passando a data limite para a entrega das propostas para as 23h59m do 30.º dia posterior ao do envio do anúncio para publicação no Diário da República, nos termos dos artigos 64.º e 136º do CCP, uma vez que as retificações e esclarecimentos serão comunicados para além do prazo estabelecido para a apresentação das propostas.”

--- Uma vez posta a votação a Proposta 62/P/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções (PSD). -----

---2. Proposta Nº 63/P/2020 - Criação de Equipa “Cidadania, Inovação e Participação” -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando: -----

---I. o mapa de pessoal do Município de Azambuja para o ano de 2020, aprovado em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Azambuja, de 28 de novembro de 2019, e alterado nas sessões ordinárias da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro e de 29 de junho de 2020, prevê os postos de trabalho julgados necessários ao cumprimento das atividades de natureza permanente a desenvolver durante o presente ano; -----

--- I. através do aviso n.º 1757/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 22, de 31 de janeiro, foi tornada pública a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior (área de Serviço Social); -----

---III. no referido procedimento ficaram aprovados 27 candidatos, conforme lista de ordenação final, homologada por despacho da Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, de 27 de maio de 2020, e publicitada através do aviso n.º 9721/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho. -----

---IV. até à presente data, foi notificado para ocupação do posto de trabalho o candidato aprovado em primeiro lugar na lista de ordenação final, tendo aceite e celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em 20 de julho de 2020; -----

---V. apesar do preenchimento do referido posto de trabalho, se reconhece uma situação de carência de recursos humanos na área para a qual foi promovido o procedimento concursal; -----

---VI. permanece, no que respeita à carreira/categoria de Técnico Superior (na área de Serviço Social), 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal; -----

--- VII. não existem, na autarquia, trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na atividade e área de formação em causa que possam ocupar este posto de trabalho;

---VIII. face à necessidade urgente e imperiosa de dotar os serviços dos recursos humanos necessários, considera-se indispensável proceder ao recrutamento de outro técnico superior por recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal acima mencionado; -----

--- IX. nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, quando, na sequência de um procedimento concursal comum, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna; -----

---X. nos termos do n.º 4 do mesmo preceito legal, a reserva de recrutamento é sempre utilizada quando, no prazo de 18 meses contados da homologação da lista de classificação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho; -----

---XI. de acordo com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e que, atenta a natureza permanente da atividade, o recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado; -----

---XII. a despesa decorrente do presente recrutamento encontra o necessário cabimento orçamental no ano de 2020; -----

---XIII. se verifica o cumprimento, pontual e integral dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, 28 de novembro, na redação atual; -----

--- XIV. de acordo com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a competência para autorizar o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado é cometida ao órgão executivo do município. -----

--- XV. Proponho, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Azambuja, delibere:-----

--- autorizar o recrutamento de um (1) Técnico Superior, na área de Serviço Social, por recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal, supramencionado, tendo em vista a ocupação de posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, área de Serviço Social, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Desenvolvimento Social – Unidade Técnica de Intervenção Socioeducativa, atentas as disposições dos artigos 6.º, 7.º e 30.º, todas da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (na redação atual), conjugadas com os n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 63/P/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções (PSD), que apresentou Declaração de Voto. -----

---3. Proposta Nº64/P/2020 Alteração da Estrutura Nuclear e Flexível dos Serviços do Município -----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que: -----

--- a atual estrutura e organização dos serviços municipais foi aprovada na sessão ordinária de 27 de junho de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 18 de junho de 2019, e publicada através do Despacho n.º 6719/2019, no Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 26 julho de 2016; -----

--- de acordo com o preceituado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, “A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo”; -----

--- o Município tem como uma das prioridades estratégicas a modernização da administração municipal, visando uma melhor prestação de serviços aos cidadãos, consubstanciada no princípio da qualidade, eficiência e eficácia, de forma a contribuir para a melhoria das condições de exercício da sua missão; -----

--- se mostra necessário atualizar e adequar a Estrutura e Organização dos Serviços Municipais à planificação das atividades e aos recursos a elas afetos, na área das empreitadas, infraestruturas e obras municipais, espaços verdes, ambiente e serviços urbanos, face ao aumento significativo do peso destas áreas na orgânica do Município, com reflexos na área da contratação pública, e à crescente preponderância da área do ambiente;-----

--- se mostra ainda necessário atualizar e adequar a Estrutura e Organização dos Serviços Municipais à planificação das atividades e aos recursos a elas afetos, nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social; Desporto e Juventude; Cultura, Turismo e Comunicação; e Rede de Bibliotecas, Museu e Património Cultural, tendo em vista garantir da melhor forma a concretização de princípios fundamentais como o da prossecução do interesse público, do dever da decisão célere e da colaboração do Município com os seus municípios; -----

--- a complexidade do processo de transferência de competências para as autarquias locais, cuja lei quadro, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, confere à Câmara uma complexidade de funções e responsabilidades que importa assegurar; -----

--- nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na redação atual, conjugado com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/20013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas.-----

--- Propõe-se, por todo o exposto, que a Câmara, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere submeter à Assembleia Municipal de Azambuja, para aprovação, a alteração da Estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município, nos termos do documento que se anexa à presente proposta, e que dela faz parte integrante. -----

--- Projeto de alteração ao Despacho n.º 6719/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 26 de julho de 2019 -----

--- ESTRUTURA NUCLEAR E FLEXÍVEL DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA -----

--- Nota Justificativa -----

--- A estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município de Azambuja, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 27 de junho de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 18 de junho de 2019, foi publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 142, de 26 de julho, através do Despacho n.º 6719/2019. -----

--- De acordo com o preceituado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, "A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo." -----

--- O Município tem como uma das prioridades estratégicas a modernização da administração municipal, visando uma melhor prestação de serviços aos cidadãos, consubstanciada no princípio da qualidade, eficiência e eficácia, de forma a contribuir para a melhoria das condições de exercício da sua missão. -----

--- Nestes termos, tendo em consideração o processo de transferência de competências da Administração Central em curso, a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados e os eixos prioritários definidos pelo Município e o reforço das políticas de proximidade com os munícipes, procedeu-se, através das deliberações acima citadas, à atualização da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais. -----

--- Volvido um ano, mostra-se necessário proceder a uma melhor adequação da estrutura definida, tendo em vista garantir da melhor forma a concretização de princípios fundamentais como o da prossecução do interesse público, do dever da decisão célere e da colaboração do Município com os seus munícipes. -----

--- Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas. -----

--- Assim, ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/20013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na redação atual, é aprovada a alteração da Estrutura Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Azambuja. -----

--- Artigo 1.º -----

--- Objeto -----

--- O presente diploma procede à alteração da Estrutura Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Azambuja, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 27 de junho de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 18 de junho de 2019, e publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 142, de 26 de julho, através do Despacho n.º 6719/2019. -----

--- Artigo 2.º -----

--- Alteração -----

--- São alterados os artigos 1.º, 4.º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11.º, 12º e 13º do Despacho n.º 6719/2019, de 26 de julho de 2019, que passam a ter a seguinte redação: -----

--- «Artigo 1.º -----

--- [...] -----

--- [...] -----

--- Para efeitos do número anterior, os serviços municipais organizam-se da seguinte forma: -----

--- Estrutura nuclear — 3 (três) departamentos municipais, dirigidos por um diretor de departamento, cargo de direção intermédia de 1.º grau; -----

--- Estrutura flexível: -----

--- 10 (dez) unidades orgânicas flexíveis — divisões municipais, criadas e alteradas por deliberação da Câmara Municipal, dirigidas por chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2.º grau; -----

--- 1 (uma) unidade orgânica flexível de nível inferior — unidade técnica, integrada em Divisão Municipal, dirigida por titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau, designado por Coordenador de Unidade; -

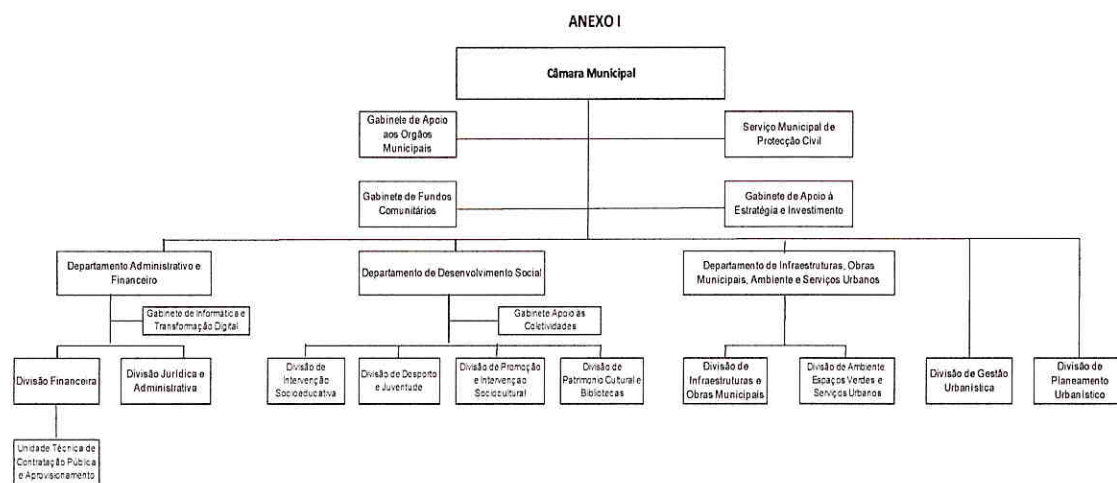
--- [...] -----

--- [...] -----

--- [...]-----
--- Artigo 4º-----
--- Unidades Orgânicas Nucleares-----
--- A estrutura nuclear dos serviços do Município de Azambuja é composta por 3 (três) departamentos municipais - o Departamento Administrativo e Financeiro, o Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos e o Departamento de Desenvolvimento Social, dirigidos por diretor de departamento, correspondente a cargo de direção intermédia de 1.º grau. -----
--- Artigo 5º-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- (Revogado)-----
--- O Departamento enquadra a ação das Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção e do quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços, bem como a ação do Gabinete de Informática e Transformação Digital.-----
--- Artigo 6º-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- A – [...]:-----
--- [...]-----
--- Divisão Financeira:-----
--- i. Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais;-----
--- Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos;-----
--- Divisão de Intervenção Socioeducativa;-----
--- Divisão de Desporto e Juventude;-----
--- Divisão de Promoção e Intervenção Sociocultural;-----
--- Divisão de Património Cultural e Bibliotecas.-----
--- B – [...]:-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- [...]-----
--- Artigo 7º-----
--- [...]-----
--- A Divisão Jurídica e Administrativa tem como missão zelar pela legalidade da atuação do município, prestando assessoria jurídica, bem como promover a transversalidade articulada dos diferentes serviços municipais, garantindo o respetivo apoio técnico e administrativo, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 8º-----
--- [...]-----
--- A Divisão Financeira tem como missão garantir o cumprimento das linhas estratégicas da gestão financeira, económica e orçamental do Município e assegurar a gestão do património e a contratação de bens e serviços, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 9º-----
--- [...]-----
--- A Divisão de Planeamento Urbanístico tem como missão desenvolver e executar as políticas municipais no que respeita ao planeamento territorial, de acordo com a legislação e os instrumentos de gestão territorial, assegurar a conceção e a avaliação da execução dos planos de ordenamento do território e propor critérios de gestão sustentável do território do Município, bem como a realização de estudos e o desenvolvimento de ações de planeamento, a recuperação e requalificação urbana e a habitação, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

- Artigo 10º -----
--- [...] -----
--- A Divisão de Gestão Urbanística tem como missão desenvolver e executar as políticas municipais no que concerne à adequada ocupação do solo de acordo com a legislação e os instrumentos de gestão territorial, bem como assegurar as ações de gestão urbanística, cabendo-lhe desempenhar as funções inerentes ao controlo prévio das operações urbanísticas, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 11º -----
--- [...] -----
--- A Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais tem como missão promover a conceção e construção de edifícios e infraestruturas municipais, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 12º -----
--- Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos -----
--- A Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos tem como missão a melhoria da qualidade de vida da população do Município no que respeita ao ambiente, gestão integrada do espaço público e serviços urbanos, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 13º -----
--- Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento -----
--- A Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento funciona na dependência da Divisão Financeira e atua nas áreas da contratação pública e do aprovisionamento, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 3º -----
--- Alteração ao Organograma -----
--- O organograma do Município, constante do Anexo I ao Despacho n.º 6719/2019, de 26 de julho, é alterado com a redação constante do Anexo I ao presente diploma, do qual faz parte integrante. -----
--- Artigo 4.º -----
--- Aditamento -----
--- São aditados ao Despacho n.º 6719/2019, de 26 de julho de 2019, os artigos 5º-A, 5º-B, 12º-A, 12º-B, 12º-C, 12º-D e 20º-A com a seguinte redação: -----
--- «Artigo 5º - A -----
--- Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos -----
--- O Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos tem como missão promover a conceção, construção e manutenção de edifícios e infraestruturas municipais e a melhoria da qualidade de vida da população, no que concerne ao ambiente e gestão integrada do espaço público. -----
--- O Departamento enquadra a ação das duas Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção e do quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 5º - B -----
--- Departamento de Desenvolvimento Social -----
--- O Departamento de Desenvolvimento Social tem como missão promover, planear e executar as políticas municipais nos domínios da solidariedade, saúde e ação social, tendo em vista a melhoria das condições da vida da população, o desenvolvimento educativo e a gestão das atividades municipais de âmbito cultural, turístico e desportivo. -----
--- O Departamento enquadra a ação das quatro Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção, bem como a ação do Gabinete de Apoio às Coletividades, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 12º - A -----
--- Divisão de Intervenção Socioeducativa -----
--- A Divisão de Intervenção Socioeducativa atua nas áreas da Saúde, Ação Social e Educação, tendo como missão promover, planear e executar as políticas municipais nos domínios da saúde, solidariedade e ação social, e assegurar a gestão dos equipamentos educativos e de saúde, com parâmetros de qualidade e inovação, tendo em vista a melhoria das condições da vida da população, a melhoria contínua do serviço público, a coesão social e o desenvolvimento educativo, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----
--- Artigo 12.º-B -----

- *Divisão de Desporto e Juventude* -----
- *A Divisão de Desporto e Juventude atua nas áreas de Desporto e Juventude, tendo como missão coordenar e promover as atividades de âmbito desportivo, bem como assim dinamizar a concretização da política municipal de juventude, incentivando a participação ativa dos jovens em todos os domínios da vida social, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.* -----
- *Artigo 12º -C*-----
- *Divisão de Promoção e Intervenção Sociocultural*-----
- *A Divisão de Promoção e Intervenção Sociocultural atua nas áreas da Cultura, Turismo e Comunicação, tendo como missão promover, coordenar e apoiar as atividades de âmbito cultural e o desenvolvimento turístico do Concelho, bem como assegurar e gerir a comunicação interna e a comunicação e a imagem institucional do Município, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.*-----
- *Artigo 12º-D* -----
- *Divisão de Património Cultural e Bibliotecas* -----
- *A Divisão de Património Cultural e Bibliotecas atua nas áreas da rede das Bibliotecas, Museu e Património Histórico-Cultural, tendo como missão gerir, promover, preservar e salvaguardar o património histórico, cultural, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnológico e paisagístico do Concelho, bem como gerir os equipamentos histórico-culturais e a rede de bibliotecas municipais, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.* -----
- *Artigo 20º -A*-----
- *Estatuto remuneratório dos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau*-----
- *A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau é estabelecida em diploma próprio.* -----
- *Os titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau têm direito a despesas de representação, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, em conformidade com o disposto no artigo 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.»* -----
- *Artigo 5.º* -----
- *Revogação* -----
- *São revogados o n.º 2 do artigo 5º e os artigos 14º, 15º, 16º e 17º do Despacho n.º 6719/2019, de 26 de julho de 2019.* -----
- *Artigo 6º*-----
- *Republicação* -----
- *É republicada, em Anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante, a Estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município de Azambuja, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 142, de 26 julho de 2016, através do Despacho n.º 6719/2019, com a redação atual.* -----
- *Artigo 7º*-----
- *Entrada em vigor e produção de efeitos*-----
- *As alterações introduzidas entram em vigor a partir do dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.*-----



--- **ANEXO II** -----

--- (a que se refere o artigo 6º)-----
--- Estrutura nuclear e flexível dos Serviços do Município de Azambuja -----
--- CAPÍTULO I-----
--- Estrutura Orgânica e Princípios Gerais-----
--- Da Estrutura Organizacional-----
--- Os serviços municipais organizam-se segundo um modelo hierarquizado, constituído por uma estrutura nuclear fixa e uma estrutura orgânica flexível, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º e no artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.-----
--- Para efeitos do número anterior, os serviços municipais organizam-se da seguinte forma:-----
--- Estrutura nuclear — 3 (três) departamentos municipais, dirigidos por um diretor de departamento, cargo de direção intermédia de 1.º grau;-----
--- Estrutura flexível:-----
--- 10 (dez) unidades orgânicas flexíveis — divisões municipais, criadas e alteradas por deliberação da Câmara Municipal, dirigidas por chefe de divisão, cargo de direção intermédia de 2.º grau;-----
--- 1 (uma) unidade orgânica flexível de nível inferior — unidade técnica, integrada em Divisão Municipal, dirigida por titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau, designado por Coordenador de Unidade; -
--- No âmbito das unidades orgânicas, podem ainda ser criadas, por despacho do Presidente da Câmara, até 10 (dez) subunidades orgânicas coordenadas por coordenadores técnicos;-----
--- Estruturas de apoio, sem natureza de unidade orgânica, que funcionam na dependência direta do Presidente da Câmara ou do Departamento/Divisão Municipal no qual se insiram.-----
--- Nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, podem ser criadas, até ao máximo de 2 (duas), equipas de projeto.-----
--- Princípio do Planeamento-----
--- A ação dos serviços municipais será enquadrada por planos ou estratégias de atuação globais ou sectoriais, previamente aprovados pelos órgãos autárquicos municipais, onde se definam de forma integrada e articulada as medidas e ações a empreender para o desenvolvimento sustentável do concelho e a melhoria das condições de vida das populações.-----
--- Esses planos visam o estabelecimento de princípios e objetivos de trabalho, devendo ser desenvolvidos a todos os níveis de atuação, no sentido de serem sistematicamente avaliados os recursos disponíveis em ordem a afetá-los aos objetivos e metas de atuação municipal.-----
--- Os serviços colaborarão com os órgãos municipais na formulação dos diferentes instrumentos de planeamento e programação, os quais, uma vez aprovados, serão vinculativos e deverão obrigatoriamente ser respeitados e seguidos na atuação dos serviços.-----
--- Os planos anuais ou plurianuais de investimento, bem como os restantes planos e programas que se desenvolvam, deverão sistematizar objetivos e metas de atuação municipal e quantificarão o conjunto de ações e projetos que a Câmara Municipal pretenda levar à prática durante o período considerado, de acordo com as respetivas áreas funcionais.-----
--- Princípio da Gestão-----
--- A gestão municipal deve observar os seguintes princípios fundamentais:-----
--- Gestão por objetivos;-----
--- Planeamento, programação, orçamentação e controlo das atividades a desenvolver de forma permanente;-----
--- Desenvolvimento de um sistema de informação de gestão moderno e flexível;-----
--- Afetação preferencial e flexível dos recursos municipais às atividades a desenvolver;-----
--- Flexibilização estrutural em função das tarefas a realizar e da coordenação intra e interdepartamental permanente;-----
--- Controlo de execução das atividades e permanente avaliação do desempenho, tendo em conta objetivos de eficácia, eficiência, economia e qualidade;-----
--- Desconcentração progressiva de serviços e delegação de competências.-----
--- CAPÍTULO II-----
--- Estrutura Nuclear-----
--- Unidades Orgânicas Nucleares-----
--- A estrutura nuclear dos serviços do Município de Azambuja é composta por 3 (três) departamentos municipais - o Departamento Administrativo e Financeiro, o Departamento de Infraestruturas, Obras

Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos e o Departamento de Desenvolvimento Social, dirigidos por diretor de departamento, correspondente a cargo de direção intermédia de 1.º grau. -----

--- Departamento Administrativo e Financeiro -----

--- O Departamento Administrativo e Financeiro tem como missão zelar pela legalidade da atuação do município, promover a transversalidade articulada e auditoria dos diferentes serviços municipais, prestando o respetivo apoio técnico, jurídico e administrativo, de modo a garantir a execução das linhas estratégicas da gestão financeira, económica e orçamental do Município, e contribuir para a prestação de um serviço eficaz, eficiente e de qualidade aos munícipes, visando a consolidação de uma administração acessível, transparente, responsável e participativa. -----

--- (Revogado)-----

--- O Departamento enquadra a ação das Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção e do quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços, bem como a ação do Gabinete de Informática e Transformação Digital.-----

--- Artigo 5º - A -----

--- Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos -----

--- O Departamento de Infraestruturas, Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos tem como missão promover a conceção, construção e manutenção de edifícios e infraestruturas municipais e a melhoria da qualidade de vida da população, no que concerne ao ambiente e gestão integrada do espaço público.-----

--- O Departamento enquadra a ação das duas Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção e do quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Artigo 5º - B-----

--- Departamento de Desenvolvimento Social-----

--- O Departamento de Desenvolvimento Social tem como missão promover, planear e executar as políticas municipais nos domínios da solidariedade, saúde e ação social, tendo em vista a melhoria das condições da vida da população, o desenvolvimento educativo e a gestão das atividades municipais de âmbito cultural, turístico e desportivo. -----

--- O Departamento enquadra a ação das quatro Divisões que o integram, no âmbito das suas áreas de intervenção, bem como a ação do Gabinete de Apoio às Coletividades, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- CAPÍTULO III -----

--- Estrutura Flexível -----

--- Unidades Orgânicas Flexíveis e Outros Serviços -----

--- A estrutura flexível dos serviços do Município de Azambuja é composta por:-----

--- A – Unidades Orgânicas Flexíveis: -----

--- Divisão Jurídica e Administrativa; -----

--- Divisão Financeira;-----

--- Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento; -----

--- Divisão de Planeamento Urbanístico; -----

--- Divisão de Gestão Urbanística;-----

--- Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais;-----

--- Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos; -----

--- Divisão de Intervenção Socioeducativa;-----

--- Divisão de Desporto e Juventude; -----

--- Divisão de Promoção e Intervenção Sociocultural;-----

--- Divisão de Património Cultural e Bibliotecas.-----

--- B – Estruturas de Apoio:-----

--- Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais;-----

--- Serviço Municipal de Proteção Civil; -----

--- Gabinete de Fundos Comunitários;-----

---Gabinete de Apoio à Estratégia e Investimento; -----

--- Gabinete de Informática e Transformação Digital; -----

--- Gabinete de Apoio às Coletividades.-----

--- SECÇÃO I-----

--- Das Divisões Municipais -----

--- Divisão Jurídica e Administrativa -----

--- A Divisão Jurídica e Administrativa tem como missão zelar pela legalidade da atuação do município, prestando assessoria jurídica, bem como promover a transversalidade articulada dos diferentes serviços municipais, garantindo o respetivo apoio técnico e administrativo, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Divisão Financeira-----

--- A Divisão Financeira tem como missão garantir o cumprimento das linhas estratégicas da gestão financeira, económica e orçamental do Município e assegurar a gestão do património e a contratação de bens e serviços, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Divisão de Planeamento Urbanístico -----

--- A Divisão de Planeamento Urbanístico tem como missão desenvolver e executar as políticas municipais no que respeita ao planeamento territorial, de acordo com a legislação e os instrumentos de gestão territorial, assegurar a conceção e a avaliação da execução dos planos de ordenamento do território e propor critérios de gestão sustentável do território do Município, bem como a realização de estudos e o desenvolvimento de ações de planeamento, a recuperação e requalificação urbana e a habitação, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Divisão de Gestão Urbanística-----

--- A Divisão de Gestão Urbanística tem como missão desenvolver e executar as políticas municipais no que concerne à adequada ocupação do solo de acordo com a legislação e os instrumentos de gestão territorial, bem como assegurar as ações de gestão urbanística, cabendo-lhe desempenhar as funções inerentes ao controlo prévio das operações urbanísticas, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais-----

--- A Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais tem como missão promover a conceção e construção de edifícios e infraestruturas municipais, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos -----

--- A Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Serviços Urbanos tem como missão a melhoria da qualidade de vida da população do Município no que respeita ao ambiente, gestão integrada do espaço público e serviços urbanos, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Artigo 12º - A-----

--- Divisão de Intervenção Socioeducativa -----

--- A Divisão de Intervenção Socioeducativa atua nas áreas da Saúde, Ação Social e Educação, tendo como missão promover, planear e executar as políticas municipais nos domínios da saúde, solidariedade e ação social, e assegurar a gestão dos equipamentos educativos e de saúde, com parâmetros de qualidade e inovação, tendo em vista a melhoria das condições da vida da população, a melhoria contínua do serviço público, a coesão social e o desenvolvimento educativo, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Artigo 12.º-B-----

--- Divisão de Desporto e Juventude -----

--- A Divisão de Desporto e Juventude atua nas áreas de Desporto e Juventude, tendo como missão coordenar e promover as atividades de âmbito desportivo, bem como assim dinamizar a concretização da política municipal de juventude, incentivando a participação ativa dos jovens em todos os domínios da vida social, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- Artigo 12º -C-----

--- Divisão de Promoção e Intervenção Sociocultural-----

--- A Divisão de Promoção e Intervenção Sociocultural atua nas áreas da Cultura, Turismo e Comunicação, tendo como missão promover, coordenar e apoiar as atividades de âmbito cultural e o desenvolvimento turístico do Concelho, bem como assegurar e gerir a comunicação interna e a comunicação e a imagem institucional do Município, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços.-

--- Artigo 12º-D -----

--- Divisão de Património Cultural e Bibliotecas -----

--- A Divisão de Património Cultural e Bibliotecas atua nas áreas da rede das Bibliotecas, Museu e Património Histórico-Cultural, tendo como missão gerir, promover, preservar e salvaguardar o património histórico, cultural, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnológico e paisagístico do

Concelho, bem como gerir os equipamentos histórico-culturais e a rede de bibliotecas municipais, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- SECÇÃO II -----

--- Das Unidades Técnicas -----

--- Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento -----

--- A Unidade Técnica de Contratação Pública e Aprovisionamento funciona na dependência da Divisão Financeira e atua nas áreas da contratação pública e do aprovisionamento, no quadro das competências definido em regulamento orgânico dos serviços. -----

--- (Revogado) -----

--- (Revogado) -----

--- (Revogado) -----

--- (Revogado) -----

--- CAPÍTULO IV -----

--- Das Equipas de Projeto -----

--- Equipas de Projeto -----

--- Podem ser constituídas, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, sob proposta do Presidente, equipas de projeto para a realização de projetos específicos ou de atividades incluídas em projetos concretos e temporalmente definidos de interesse municipal, nos termos da legislação em vigor, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal. -----

--- O número máximo de equipas de projeto fixado é de 2 (duas). -----

--- A deliberação prevista no n.º 1 deve estabelecer obrigatoriamente: -----

--- A designação do projeto; -----

--- Os termos e a duração do mandato, com a definição clara dos objetivos a alcançar; -----

--- O coordenador do projeto; -----

--- O número de elementos que deve integrar a equipa de projeto e as suas funções. -----

--- Aos coordenadores das equipas de projeto é atribuído, atendendo à natureza e complexidade das funções, um estatuto remuneratório equiparado a cargo de direção intermédia de 2º grau. -----

--- CAPÍTULO V -----

--- Pessoal Dirigente -----

--- Competências do cargo de direção Intermédia de 1º e 2º grau -----

--- As competências dos cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau, no cumprimento das suas atribuições, são as definidas nos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

--- Recrutamento de titular do cargo de direção intermédia de 1º e 2º grau -----

--- O recrutamento para os cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau é o previsto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

--- Artigo 20º -A -----

--- Estatuto remuneratório dos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau -----

--- A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau é estabelecida em diploma próprio. -----

--- Os titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau têm direito a despesas de representação, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, em conformidade com o disposto no artigo 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

--- Competências do cargo de direção Intermédia de 3º grau -----

--- Compete ao titular do cargo de direção intermédia de 3º grau dirigir as atividades da respetiva unidade técnica, sob a orientação do chefe de divisão, definindo os objetivos de atuação, de acordo com as orientações definidas e, especificamente: -----

--- Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na respetiva unidade técnica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários; -----

--- Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; -----

- Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa; -----
- Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da respetiva unidade técnica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação; -----
- Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da respetiva unidade técnica; -----
- Propor, ao superior hierárquico, medidas conducentes à melhoria dos serviços no processo organizacional, na afetação dos recursos disponíveis e no grau de satisfação dos beneficiários das atividades; -----
- Promover a aplicação do SIADAP aos serviços e aos trabalhadores que dirige. -----
- Compete ainda aos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau as competências que neles forem delegadas ou subdelegadas, nos termos da lei. -----
- Recrutamento, remuneração do cargo de direção intermédia de 3.º grau-----
- Os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos da lei, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos: -----
- Licenciatura adequada para a área funcional a ocupar; -----
- Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a habilitação referida na alínea anterior;-----
- Quatro anos de experiência profissional na área de atuação do cargo a prover;-----
- Formação profissional adequada ao exercício de funções no cargo a prover. -----
- A remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau corresponderá à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----
- Em tudo o mais, não especialmente previsto no presente regulamento, aplica-se o disposto no Estatuto de Pessoal Dirigente.-----
- CAPÍTULO VI -----
- Disposições finais-----
- Mapa de pessoal -----
- Face às alterações ora introduzidas serão efetuados os respetivos ajustamentos ao Mapa de Pessoal. -
- Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais -----
- Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a Câmara Municipal definirá, no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente diploma, as atribuições e competências das unidades orgânicas flexíveis, mediante aprovação de regulamento orgânico dos serviços municipais, dentro dos limites ora fixados.----
- Norma Revogatória-----
- É revogado o Despacho n.º 3962/2014, de 6 de março de 2014, publicado na 2ª série do Diário da República, n.º 51, de 13 de março de 2014. -----
- Organograma -----
- O organograma do Município consta do Anexo I ao presente diploma.” -----
- Uma vez posta a votação a Proposta 64/P/2020 foi aprovada com quatro votos a favor (PS) e três abstenções (PSD e CDU).-----
- 4. Proposta Nº 65/P/2020 - Celebração de Acordo Quadro para Aquisição de Máscaras Cirúrgicas e Luvas – CIMLT**-----
- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----
- “Considerando o teor da Informação n.º 10/DAF/APROV/2020, datada de 22 de julho, respeitante à necessidade de aquisição de máscaras cirúrgicas e luvas.-----
- Proponho:-----
- que a aquisição Máscaras Cirúrgicas e Luvas é fundamental para o funcionamento das Entidades Adjudicantes que integram a Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CCE-CIMLT);-----

--- que está em causa uma necessidade pública para a qual as Entidades Adjudicantes interessadas não dispõem de recursos próprios para fazer face;-----

que, para efeitos do procedimento pré-contratual de formação do Acordo Quadro a celebrar, sejam estabelecidos como preços unitários máximos os previstos no Anexo II (Caderno de Encargos), à Informação n.º 10/DAF/APROV/2020, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor;-----

--- que o Município de Azambuja apresente junto da CIMLT um pedido de contratação, nos termos e para os efeitos previstos na Cláusula 3.ª do Contrato de Mandato Administrativo celebrado entre o Município e a CIMLT em 27 de maio de 2016, no sentido de que a Central de Compras Eletrónicas da CIMLT proceda, em sua representação, à tramitação do concurso público necessário e à celebração do mencionado Acordo Quadro;-----

--- propõe-se que, nos termos dos n.os 1 a 3 do artigo 44.º e dos artigos 46.º e 47.º, todos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), e do artigo 109.º do CCP, o Município:-----

--- Delege no Conselho Intermunicipal da CIMLT as competências referidas no ponto 6.º da Informação n.º 10/DAF/APROV/2020, as quais podem ser subdelegadas no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT; -----

--- Delege no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT as competências para proceder à outorga do Acordo Quadro, em nome e em representação do Município; -----

--- Aprove as peças de procedimento em anexo à Informação 10/DAF/APROV/2020; -----

--- Autorize a abertura de procedimento de ajuste direto, a tramitar na sequência da celebração de Acordo Quadro para efeitos da realização do respetivo contrato de aquisição, estabelecendo-se para este Município e também para efeitos deste procedimento de ajuste direto que sejam estabelecidos como preços unitários máximos os previstos no Anexo II do Caderno de Encargos.” -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 65 /P/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções /PSC).-----

---5. Proposta Nº66/P/2020 - Protocolo de Colaboração para Realização/Execução de “Projeto de Limpeza e Valorização da Vala Real junto ao Palácio” – Ratificação

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando: -----

--- nos termos do disposto no n.º 2.5.4.2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 41/2020, de 4 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 110-A, de 6 de junho de 2020, que veio consagrar o Programa de Estabilização Económica e Social, o Fundo Ambiental deverá financiar designadamente intervenções de reabilitação de leitos e margens ribeiras com recurso a técnicas de engenharia natural;--

--- o Fundo Ambiental deverá apoiar a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com vista ao financiamento das intervenções de reabilitação de leitos e margens de ribeiras e assim viabilizar, a celebração de protocolos de articulação com os municípios, para execução das intervenções;-----

--- é viável a celebração de um protocolo de colaboração técnica, entre a APA e o Município de Azambuja, com vista à limpeza e valorização da Vala Real junto ao Palácio;-----

--- a intervenção em causa há muito que está identificada como necessária e prioritária, não só sob o ponto de vista ambiental, mas também sob o ponto da importância social e cultural que o local representa para o Município e para as suas gentes;-----

--- por motivos de agenda das demais entidades envolvidas, foi designado o dia 24 de julho para a assinatura dos protocolos; -----

---- nos termos do disposto nas alíneas r) ambas do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a colaboração no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; -----

---- que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal ratificar os atos da sua competência que sejam praticados pelo Presidente, por motivo de urgência;-----

--- Propõe-se, que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere ratificar a celebração do PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO DE “PROJETO DE LIMPEZA E VALORIZAÇÃO DA VALA REAL JUNTO AO PALÁCIO”, com a Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos constantes do documento que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

-- Protocolo de Colaboração para “Projeto de limpeza e valorização da vala real junto ao palácio”-----

--- Entre: -----

--- A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., pessoa coletiva n.º 510 306 624, com sede na Rua da Murgueira, 9 – Zambujal – 2610-124 AMADORA, neste ato representado pelo Vice-presidente do Conselho Diretivo, José Carlos Pimenta Machado da Silva, no uso de competência conferida pela Deliberação Conselho Diretivo n.º 532/2020, de 17 de abril da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., publicada no Diário da República, 2.ª série, de 30 de abril doravante designada como Primeira Outorgante ou APA.-----

--- E-----
-- O Município de Azambuja, pessoa coletiva n.º 506 821 480, com sede em Praça do Município n.º 19, 2050-315 Azambuja, neste ato representado pelo Presidente do Município de Azambuja, Luís Manuel Abreu de Sousa, no uso da competência própria, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, doravante designado como Segundo Outorgante ou Município de Azambuja.-----

--- Considerando que:-----

--- Nos termos do disposto no n.º 2.5.4.2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 41/2020, de 4 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 110-A, de 6 de junho de 2020, que veio consagrar o Programa de Estabilização Económica e Social, o Fundo Ambiental deverá financiar designadamente intervenções de reabilitação de leitos e margens ribeiras com recurso a técnicas de engenharia natural;--

--- O Fundo Ambiental tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram os objetivos enunciados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, na sua redação atual; A APA, exerce em matéria de recursos hídricos as funções de Autoridade Nacional da Água, nomeadamente propondo, desenvolvendo e acompanhando a execução da política dos recursos hídricos, com vista à sua proteção e valorização, através do planeamento e ordenamento dos recursos hídricos e dos usos das águas, da gestão das regiões hidrográficas, da emissão dos títulos de utilização dos recursos hídricos não marinhos e fiscalização do cumprimento da sua aplicação, da análise das incidências das atividades humanas sobre o estado das águas, da gestão das redes de monitorização, bem como da garantia da consecução dos objetivos da Lei da Água e promoção do uso eficiente da Água;-----

--- O princípio da subsidiariedade inserto em diversos diplomas regulamentares das políticas de ambiente dispõe que os procedimentos ao nível da Administração Pública deverão ser coordenados, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo das populações;-----

--- A proximidade entre os níveis de decisão e de ação favorece um quadro de entendimento local que permite garantir a integração intersectorial, a compatibilização de interesses e conferir uma responsabilidade partilhada para a consecução de objetivos ambientais, segundo princípios de eficácia e eficiência económica, com a tomada de decisões atempadas e eficientes no âmbito da execução material dos projetos;-----

--- Compete às Câmaras Municipais, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;-----

--- É celebrado o presente Protocolo de Colaboração, que se rege nos termos das cláusulas seguintes:-----

--- Cláusula Primeira-----

--- Objeto e âmbito-----

--- O presente Protocolo visa regular os termos e condições de natureza operacional a promover entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) e o Município de Azambuja, no âmbito da (RCM) n.º 41/2020, de 4 de junho.-----

-- Cláusula Segunda-----

--- Obrigações da APA-----

--- Constituem obrigações da APA:-----

--- a) Zelar pela execução do presente Protocolo;-----

---b) Afetar à execução do presente Protocolo os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados;-----

---c) Assegurar o financiamento junto do Fundo Ambiental, mediante estabelecimento de protocolo de colaboração técnica e financeira, no âmbito da RCM n.º 41/2020;-----

--- Cláusula Terceira ---
--- Obrigações do Município de Azambuja ---
--- Constituem obrigações do Município de Azambuja: ---
--- a) Executar de modo adequado as suas responsabilidades, incluindo as suas obrigações de informação, de cooperação, e outras expressamente previstas no presente Protocolo; ---
--- b) Diligenciar junto de particulares e de outras entidades envolvidas a adoção das formalidades e a realização dos trabalhos necessários à execução da obra; ---
--- Prestar e disponibilizar informação, documentos e orientações necessários à execução do presente Protocolo ---
--- Cláusula Quarta ---
--- Interlocutores ---
--- São nomeados dois interlocutores, designados por cada um dos outorgantes que têm por missão promover e acompanhar a execução do presente Protocolo: ---
--- a) Por parte da APA/ ARH do Tejo e Oeste: ---
--- Edgar Mesquita ---
--- Paulo Cruz, Chefe de Divisão dos Recursos Hídricos Interiores ---
--- b) Por parte do Município de Azambuja ---
--- Pedro Melo ---
--- 2. Compete, designadamente, aos interlocutores: ---
--- a) Reunir, sempre que seja necessário; ---
--- b) Monitorizar a execução do presente Protocolo; ---
--- Cláusula Quinta ---
--- Financiamento ---
--- Os outorgantes apenas podem assumir quaisquer encargos ao abrigo do presente Protocolo após obtenção de financiamento nos termos da alínea c) da cláusula 2.ª. ---
--- Cláusula Sexta ---
--- Comunicações ---
--- 1. As comunicações e notificações entre as partes devem ser efetuadas por via eletrónica para os seguintes contactos: ---
--- a). Por parte da APA: ---
arht.geral@apambiente.pt; carlos.castro@apambiente.pt; edgar.mesquita@apambiente.pt
--- B) Por parte do Município de Azambuja: ---
ilameiro@cm-azambuja.pt; pmelo@cm-azambuja.pt; dloureiro@cm-azambuja.pt ---
--- Qualquer alteração às informações de contacto referidas no número anterior deve ser comunicada à outra parte no prazo de 5 dias úteis. ---
--- Cláusula Sétima ---
--- Confidencialidade ---
--- 1. Todas as informações resultantes do presente Protocolo são de natureza confidencial, só podendo ser utilizadas para os fins a que se destinam e não podendo ser reveladas a terceiros. ---
--- 2. As entidades outorgantes devem assegurar que os seus colaboradores respeitam a obrigação de confidencialidade prevista no número anterior. ---
--- Cláusula Oitava ---
--- Alteração do Protocolo ---
--- Qualquer alteração a introduzir no presente Protocolo no decurso da sua execução ou prorrogação será objeto de acordo prévio entre as partes e convertida em adenda, a qual só terá validade após a aprovação pelos órgãos de ambas as entidades e à data da sua assinatura. ---
--- Qualquer alteração que venha a ser introduzida no presente Protocolo, nos termos do número anterior, e que respeite a qualquer uma das suas cláusulas, considera-se automaticamente integrada no texto original. ---
--- Cláusula Nona ---
--- Resolução do Protocolo ---
--- 1. A qualquer uma das partes é conferido o direito de resolução do Protocolo, desde que se verifique ter havido por uma das partes o incumprimento reiterado das obrigações consubstanciadas no presente Protocolo, por motivo que lhe seja imputável. ---
--- 2. Em caso de incumprimento, a APA pode exigir a devolução total ou parcial das verbas transferidas. ---

--- 3. Não serão considerados fatores de incumprimento os que resultem de casos fortuitos ou de força maior.-----

--- Cláusula Décima -----

--- Casos Fortuitos ou de Força Maior -----

--- 1.Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no Protocolo.-----

--- 2.Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excepcional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.-----

--- 3.A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte bem como, informar o prazo previsível para restabelecer a situação.-----

---4. É do conhecimento oficioso a verificação do caso fortuito ou de força maior quando o evento a que se refere o n.º 2 constitua facto notório, devendo considerar-se como tais os factos que são do conhecimento geral, e seja previsível a impossibilidade da prática do ato dentro do prazo.-----

--- Cláusula Décima Primeira-----

--- Dúvidas na interpretação e na execução do presente Protocolo-----

--- Ambas as partes acordam em conjugar esforços e recursos para que quaisquer dúvidas relacionadas com a interpretação e a execução do presente Protocolo sejam solucionadas por consenso e no mais curto espaço de tempo possível.-----

--- Cláusula Décima Segunda -----

--- Foro Competente-----

--- Para a resolução de todos os litígios decorrentes da aplicação do presente Protocolo é competente o tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

--- Cláusula Décima Terceira -----

--- Produção de efeitos e Vigência -----

--- O presente Protocolo produz efeitos à data da sua assinatura e vigora até 30 de novembro de 2021, sem prejuízo de todas as obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Protocolo.

--- O presente Protocolo e anexos, que vai ser assinado e rubricado por ambas as Partes outorgantes, está escrito em 5 páginas, de folhas A4, rubricadas pelos outorgantes, à exceção da presente por conter as assinaturas dos representantes de ambas as partes e é feito em dois exemplares, valendo ambos como originais, ficando um exemplar para cada uma das partes.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 66/P/2020 foi aprovada por unanimidade.-----

---**6. Proposta Nº67/P/2020 - Aprovação do Relatório Final e da Minuta de Contrato da Empreitada E12-2020 Requalificação da Zona Ribeirinha do Esteiro de Azambuja**-----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- através da Proposta n.º 16/P/2020, aprovada a 10 de março de 2020, a Câmara Municipal decidiu autorizar a abertura de procedimento de concurso público, sem publicação no JOUE, para execução da empreitada “E12-2020 Requalificação da Zona Ribeirinha do Esteiro de Azambuja”, bem como assim autorizar a respetiva despesa e aprovar as peças do procedimento: o programa de concurso e o caderno de encargos, do qual faz parte integrante o projeto de execução;-----

--- após a análise e avaliação das propostas apresentadas, o Júri do Procedimento elaborou, a 14 de julho p.p., o Relatório Preliminar, o qual foi enviado aos concorrentes para que os mesmos se pronunciassem em sede de audiência prévia, como previsto no artigo 147º do CCP;-----

--- decorrido o referido prazo e analisada a pronúncia apresentada ao abrigo da audiência prévia, o Júri do Procedimento, elaborou a 23 de julho p.p., o relatório final (que se junta como Anexo I), no qual, atento o critério de adjudicação definido no programa de concurso, propõe a adjudicação da empreitada à concorrente “CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.”, pelo preço de 1.872.000,00 € (um milhão oitocentos e setenta e dois mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

--- nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação dada pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pelas Declarações de Retificação n.ºs 36-A/2017 e 42/2017, de, respetivamente, 30 de outubro e 30 de novembro, e alterado pelo Decreto-lei n.º 33/2018, de 15 de maio, a decisão de adjudicação deve ser tomada pelo órgão competente para a decisão de contratar (cfr. artigos 69º n.º 2, 73º n.º 1 e 76º n.º 1);-----

--- nos termos do disposto no artigo 36º do CCP a decisão de contratar compete ao órgão com competência para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;-----

--- no caso em apreço, atendendo ao respetivo valor, a competência para autorização da despesa está atribuída à Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18º conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 29º (a contrario) do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, cabendo-lhe, portanto, igualmente a competência para a decisão de adjudicação;-----

--- nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98º do CCP, a minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, decisão esta que deve ser notificada ao adjudicatário e aos demais concorrentes, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 77º do CCP;-----

--- o prazo contratual de execução da obra será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;-----

--- a despesa a realizar se encontra prevista nas Grandes Opções de Plano, e, como tal, previamente autorizada pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 99/2015, de 2 de junho, sendo, portanto, dispensada a autorização para a assunção deste encargo plurianual, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 22º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho.-----

--- Proponho:-----

--- Face ao exposto, tendo o procedimento de concurso público, sem publicação no JOUE, para execução da empreitada “E12-2020 Requalificação da Zona Ribeirinha do Esteiro de Azambuja” sido previamente autorizado e decorrido de acordo com o estabelecido nas disposições legais aplicáveis, que a Câmara Municipal de Azambuja, ao abrigo das competências supramencionadas, delibera:-----

--- A homologação do Relatório final, aprovado na reunião do júri de 23 de julho de 2020 (ata n.º 3), anexo à presente proposta como Anexo I e que dela faz parte integrante, e, em consequência,-----

--- A adjudicação da empreitada à proposta apresentada pela concorrente “CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.”, pelo preço de 1.872.000,00 € (um milhão oitocentos e setenta e dois mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e com um prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;-----

--- Aprovar a minuta do contrato, anexa à presente proposta como Anexo II e que dela faz parte integrante;

--- Ordenar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76º do CCP, a notificação da decisão de adjudicação, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 77º do citado diploma legal.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 67/P/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções /PSC).-----

--- 7. Proposta Nº 22/V-SL/2020 - Projeto de Regulamento de Trânsito do Núcleo Urbano de Vale do Paraíso – Consulta Pública -----

--- O SR. Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- a necessidade de preservar o ambiente na Freguesia de Vale do Paraíso, salvaguardar os seus valores patrimoniais, permitir uma melhor utilização das vias pelo peão, proporcionar uma melhor fluidez na circulação rodoviária e contribuir para uma melhor qualidade de vida dos seus habitantes;-----

--- que, para o efeito, mostra-se necessária a elaboração de regulamento que discipline a circulação, o estacionamento e as operações de carga e descarga na Freguesia de Vale do Paraíso;-----

--- nessa sequência, foi aprovada, na reunião de Câmara de 02 de junho de 2020 (Proposta 17/V-SL/2020), a abertura do procedimento administrativo se à elaboração do projeto de Regulamento de Trânsito no Núcleo Urbano de Vale do Paraíso, bem como a respetiva publicitação, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;-----

--- decorrido o prazo para a constituição como interessados e apresentação de contributos para a elaboração do referido regulamento, procedeu-se à elaboração do projeto de alteração do Regulamento Trânsito no Núcleo Urbano de Vale do Paraíso, o qual se anexa;-----

--- compete à Câmara Municipal de Azambuja, nos termos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar os projetos de regulamentos e submeter os mesmos a consulta pública;-----

--- o projeto de Regulamento de Trânsito no Núcleo Urbano de Vale do Paraíso será submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, sendo, para o efeito, publicado o competente aviso na 2ª série do

Diário da República, e publicado na Internet, (no sítio institucional da Câmara Municipal de Azambuja), na Unidade de Atendimento ao Público e nas Juntas de Freguesia do Concelho, com a visibilidade adequada à sua compreensão;-----

--- os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões à Câmara Municipal, órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento.-----

--- Propõe-se, -----

--- que a Câmara Municipal delibere submeter a consulta pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o PROJETO DE REGULAMENTO DE TRANSITO NO NUCLEO URBANO DE VALE DO PARAISO, que se anexa.-----

--- PROJETO DE REGULAMENTO DE TRÂNSITO NO NÚCLEO URBANO DE VALE DO PARAISO DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA -----

--- Artigo 1.º -----

--- Lei habilitante -----

--- O presente regulamento é elaborado ao abrigo da competência prevista nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º conjugada com a alínea k) do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto (Regime jurídico do património imobiliário público); e no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 04 de maio com a redação dada pela Lei n.º 47/2017, de 07 de julho. -----

--- Artigo 2.º -----

--- Objeto e Âmbito de aplicação -----

--- O presente regulamento visa desenvolver as disposições do Código da Estrada e demais legislação complementar aplicável, estabelecendo as regras relativas ao ordenamento de trânsito - circulação, paragem e estacionamento - nas vias públicas e equiparadas, sob jurisdição do Município de Azambuja, inseridas no núcleo urbano de Vale do Paraíso, identificadas na planta de sinalização no Anexo I do presente regulamento. -----

--- Artigo 3.º -----

--- Condicionamentos Diversos -----

--- Com vista a uma melhor fluidez do trânsito dentro de Vale do Paraíso, atendendo às características dos meios utilizados e de cada local, torna-se necessário fixar alguns condicionantes, designadamente os seguintes: -----

--- Proibição de trânsito e criação de sentidos únicos; -----

--- Limitação de velocidade; -----

--- Obrigação de cedência de passagem e de paragem; -----

--- Proibição de parar e estacionar; -----

--- Limitação da utilização de parques e de zonas de estacionamento. -----

--- Os condicionamentos referidos no número anterior, bem como outros que lhes sejam conexos, serão sinalizados horizontal e verticalmente. -----

---m Artigo 4.º -----

--- Proibição de Trânsito e Criação de Sentidos Únicos -----

--- É proibido o trânsito nos sentidos indicados, nos seguintes arruamentos e troços: -----

--- Rua da Bela Vista, no sentido poente-nascente, exceto transportes públicos; -----

--- Rua das Eiras, no sentido sul-norte e poente-nascente; -----

--- Rua Senhora do Ó, no sentido sul-norte; -----

--- Rua D. João II, no sentido norte-sul, exceto acesso ao Lar; -----

--- Troço da Rua Nova do Rossio (Rua Pequena), entre a Rua Nova do Rossio e a Rua da Bela Vista, sul-norte; -----

--- Troço da Rua Nova do Rossio, entre a Rua 18 de Dezembro e a Rua Nova do Rossio (Rua Pequena), nascente-poente; -----

--- Rua do Chafariz, no sentido nascente-poente; -----

--- Troço da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, entre a Rua da Água Férrea e a Rua dos Barreiros, no sentido sul-norte; -----

--- Troço da Rua da Água Férrea, entre a Estrada Nacional 366 e a Rua Dom João II, no sentido nascente-poente. -----

--- Largo da Igreja, no sentido norte-sul. -----

- Artigo 5.º -----
--- Da Limitação de Velocidade -----
--- A velocidade de qualquer veículo deverá ser adequada às condições de segurança e circulação de cada arruamento, de modo a permitir o fácil e seguro escoamento do trânsito; -----
--- Nos arruamentos e troços abaixo designados, nenhum veículo poderá exceder a velocidade de 40 Km/h: Rua dos Calixtos; -----
--- Rua da Paz; -----
--- Rua da Água Férrea; -----
--- Rua 18 de Dezembro; -----
--- Rua 25 de Abril; -----
--- Rua da Serradinha. -----
--- Artigo 6.º -----
--- Obrigação de Paragem e de Cedência de Paragem -----
--- Na ausência de indicação semafórica, são obrigados a parar, antes de entrar no nó, os veículos procedentes de todos os arruamentos entroncando, ou cruzando, com os seguintes espaços e arruamentos: -----
--- Estrada Nacional 366; -----
--- Rua 25 de Abril; -----
--- Rua do Palanque; -----
--- Rua 18 de Dezembro; -----
--- Rua do Ramal de Cima; -----
--- Rua da Água Férrea; -----
--- Rua dos Combatentes da Grande Guerra; -----
--- Rua Dom João II; -----
--- Rua Nova do Rossio; -----
--- Rua 5 de Outubro; -----
--- Rua da Paz até à Estrada Municipal 511. -----
--- Entre os arruamentos referidos no número anterior, a prioridade é decidida pela respetiva alínea. -----
--- Os veículos provenientes da Rua 25 de Abril são obrigados a contornar a placa existente no cruzamento com o acesso à Estrada Municipal 513. -----
--- Perdem a prioridade de passagem, os veículos que entroncam com: -----
--- Estrada Municipal 511; -----
--- Rua 25 de Abril, provenientes do Caminho Municipal 330. -----
--- Artigo 7.º -----
--- Da Proibição de Estacionar -----
--- É proibido estacionar nos seguintes arruamentos e espaços: -----
--- Rua do Palanque, entre o n.º 29 e a Travessa da Alegria, do lado sul; -----
--- Rua 18 de Dezembro, desde a Rua da Serradinha até à Rua dos Combatentes da Grande Guerra a nascente e a Rua da Bela Vista a poente, na ausência de semáforos; -----
--- Rua da Escola, a norte. -----
--- Apenas é permitido estacionar na mão, nas seguintes ruas e troços de rua: -----
--- Na Rua da Bela Vista, entre a Rua do Palanque e a Rua Nova do Rossio (Rua Pequena); -----
--- Rua das Eiras; -----
--- Rua da Nossa Senhora do Ó. -----
--- É proibido o estacionamento ou paragem de veículos que, de qualquer forma prejudiquem o trânsito de veículos e peões. -----
--- Artigo 8.º -----
--- Da Limitação da Utilização de Parques e Zonas de Estacionamento -----
--- Para obviar aos condicionamentos de estacionamento acima previstos, estabelecem-se os seguintes parques de estacionamento reservados às seguintes espécies de veículos: -----
--- Automóveis ligeiros de passageiros de aluguer: No local assinalado, no Largo da Capela; -----
--- Automóveis pesados: Junto à entrada Poente, no local assinalado, perto da Rua 25 de Abril; -----
--- Deficientes: Nos locais assinalados; -----

--- Exclusivo a residentes: Na Rua Carlos Alberto de Oliveira. -----
--- Artigo 9.º -----
--- Omissões -----
--- Em tudo o que estiver omissa no presente regulamento, aplicar-se-á o disposto no Código da Estrada e demais regulamentos complementares. -----
--- Artigo 10.º -----
--- Entrada em vigor -----
--- As disposições do presente regulamento ficam subordinadas à deliberação aprovada em Assembleia Municipal. -----
--- O presente regulamento entra em vigor 30 dias após a publicação do respetivo edital. -----
--- Uma vez posta a votação a Proposta 22/V-SL/2020 foi aprovada por unanimidade. -----
--- **8 - Proposta Nº35/V-SV/2020 - Atribuição de Cadernos de Atividades – Alunos do 1ºCiclo** -----
--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----
--- “Considerando que: -----
--- o Município de Azambuja tem vindo a assumir uma política educativa que pretende garantir o acesso à educação, na prossecução dos objetivos da escola inclusiva, por parte de todas as crianças e jovens do Município, independentemente das respetivas condições socioeconómicas ou quaisquer outras diferenças;
--- É alargado o regime de gratuidade dos manuais escolares previsto nos artigos 127.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, 156.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e 170.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, com a distribuição gratuita dos manuais escolares, no início do ano letivo de 2020/2021, a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação; -----
--- sem prejuízo da manutenção das políticas de cariz social implementadas nas áreas da educação e ação social, e à semelhança dos anos anteriores, é intenção do Município reforçar os apoios atribuído aos alunos do 1º Ciclo de Ensino Básico, no âmbito da Ação Social Escolar, disponibilizando de materiais didáticos gratuitos, para a igualdade de oportunidades e o sucesso escolar, pessoal e profissional de todos, independentemente dos escalões atribuídos pela Segurança Social; -----
--- integram as competências da Câmara Municipal de Azambuja no domínio da educação e da ação social escolar deliberar a atribuição de auxílios económicos aos estudantes, conforme previsto nas alíneas d) e h) ambas do nº 2 do artigo 23.º, conjugado com a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
--- Proponho: -----
--- Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere autorizar a atribuição dos Cadernos de Atividades (Livros de Fichas), para atribuição gratuita a todos os alunos do 1º Ciclo de Ensino Básico do Município de Azambuja (do 1.º ao 4.º ano), independente do escalão de Segurança Social atribuído.” -----
--- Uma vez posta a votação a Proposta 35/V-SV/2020 foi aprovada por unanimidade. -----
--- **9 - Proposta Nº 40/V-SV/2020 - Recrutamento de 1 Técnico Superior – Serviço Social** -----
--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----
--- “Considerando que: -----
---I. o mapa de pessoal do Município de Azambuja para o ano de 2020, aprovado em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Azambuja, de 28 de novembro de 2019, e alterado nas sessões ordinárias da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro e de 29 de junho de 2020, prevê os postos de trabalho julgados necessários ao cumprimento das atividades de natureza permanente a desenvolver durante o presente ano; -----
---II. através do aviso n.º 1757/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 22, de 31 de janeiro, foi tornada pública a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior (área de Serviço Social); -----
---III. M no referido procedimento ficaram aprovados 27 candidatos, conforme lista de ordenação final, homologada por despacho da Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, de 27 de maio de 2020, e publicitada através do aviso n.º 9721/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho. -----

---IV. até à presente data, foi notificado para ocupação do posto de trabalho o candidato aprovado em primeiro lugar na lista de ordenação final, tendo aceite e celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em 20 de julho de 2020; -----

--- V. apesar do preenchimento do referido posto de trabalho, se reconhece uma situação de carência de recursos humanos na área para a qual foi promovido o procedimento concursal; -----

---VI. permanece, no que respeita à carreira/categoria de Técnico Superior (na área de Serviço Social), 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal; -----

--- VII. não existem, na autarquia, trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na atividade e área de formação em causa que possam ocupar este posto de trabalho; -----

face à necessidade urgente e imperiosa de dotar os serviços dos recursos humanos necessários, considera-

---VIII. se indispensável proceder ao recrutamento de outro técnico superior por recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal acima mencionado; -----

---IX. nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, quando, na sequência de um procedimento concursal comum, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna; -----

---X. nos termos do n.º 4 do mesmo preceito legal, a reserva de recrutamento é sempre utilizada quando, no prazo de 18 meses contados da homologação da lista de classificação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho; -----

--- XI. de acordo com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e que, atenta a natureza permanente da atividade, o recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado; -----

---XII. a despesa decorrente do presente recrutamento encontra o necessário cabimento orçamental no ano de 2020; -----

---XIII. se verifica o cumprimento, pontual e integral dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, 28 de novembro, na redação atual; -----

--- XIV. de acordo com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a competência para autorizar o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado é cometida ao órgão executivo do município. -----

--- Proponho, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Azambuja, delibere: -----

--- autorizar o recrutamento de um (1) Técnico Superior, na área de Serviço Social, por recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal, supramencionado, tendo em vista a ocupação de posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, área de Serviço Social, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Desenvolvimento Social – Unidade Técnica de Intervenção Socioeducativa, atentas as disposições dos artigos 6.º, 7.º e 30.º, todas da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (na redação atual), conjugadas com os n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.” -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 40/V-SV/2020 foi aprovada por unanimidade. -----

--- **10. Proposta Nº 41/V-SV/2020 - Abertura de Concurso Externo – Admissão de 1 Estagiário – Técnico de Informático Adjunto Nível 1** -----

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que: -----

--- I. o mapa de pessoal do Município de Azambuja para o ano de 2020, aprovado em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Azambuja, de 28 de novembro de 2019, e alterado nas sessões ordinárias da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro e de 29 de junho de 2020, prevê os postos de trabalho julgados necessários ao cumprimento das atividades de natureza permanente a desenvolver durante o presente ano; -----

---II. de acordo com o previsto no artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, os serviços da administração pública, em face do teor do respetivo mapa de pessoal, podem promover o recrutamento para os postos de trabalho nele previstos; -----

- III. a existência de poucos trabalhadores na categoria de Técnico de Informática Adjunto Nível 1, origina uma carência de recursos humanos da qual resulta evidente a necessidade de se proceder ao recrutamento de trabalhador que a permita colmatar; -----
- IV. a referida carência configura necessidades permanentes e urgentes de pessoal que justifica a autorização de abertura de um concurso externo de ingresso para preenchimento do posto de trabalho vago, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;-----
- V. no que respeita à carreira/categoria de Técnico de Informática Adjunto Nível 1, existe 1 posto de trabalho por preencher, afeto ao Gabinete de Informática e Transformação Digital, na dependência do Departamento Administrativo e Financeiro; -----
- VI. a execução de trabalhos específicos na atividade de técnico de informático adjunto nível 1 (cuas funções a desenvolver são as descritas no artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002, de 03 de abril), é imprescindível ao bom e regular funcionamento do serviço de informática;-----
- VII. a descrição de funções em referência não prejudica a atribuição aos trabalhadores de funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada e que não implique desvalorização profissional, nos termos do n.º 1, artigo 81.º da LTFP; -----
- VII. o procedimento concursal a realizar deve, ao abrigo do princípio da boa administração consagrado no artigo 6.º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente em obediência a critérios de eficiência, economicidade e celeridade, permitir a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme previsto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP; -----
- VIII. a Câmara Municipal procede, dentro dos prazos estipulados, ao carregamento e atualização dos dados, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), de acordo com o artigo 8.º da Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, na atual redação, cumprindo, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos naquele diploma legal por este Município; -----
- para além da previsão do posto de trabalho no mapa de pessoal em vigor, a despesa decorrente do presente procedimento concursal está inscrita no orçamento para o ano de 2020; -----
- IX. a categoria de Técnico de Informática Adjunto Nível 1, da carreira de Técnico de Informática, corresponde a carreira do regime especial não revista, conforme previsto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, e no artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, efetuando-se o respetivo recrutamento por via do disposto no citado Decreto-Lei, na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, e no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho;-----
- X. de acordo com o previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, o concurso reveste a modalidade de concurso externo (aberto a todos os indivíduos) de ingresso (preenchimento de lugar da categoria de base) destinado ao imediato recrutamento para ocupação de posto de trabalho previsto e não ocupado, do mapa de pessoal do Município de Azambuja -----
- XII. a competência para autorizar a abertura do concurso, cabe, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do ---
- XIII. O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação atual, ao órgão executivo, a quem compete igualmente estabelecer o prazo de apresentação de candidaturas e o prazo de validade do concurso, nos termos, respetivamente, dos artigos 32.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho. -
- Proponho, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Azambuja, delibere:-----
- autorizar a abertura de concurso externo de ingresso para a admissão de 1 (um) estagiário, com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria de Técnico de Informática Adjunto Nível 1, da carreira de Técnico de Informática, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previsto no mapa de pessoal do Município de Azambuja, a afetar ao Departamento Administrativo e Financeiro, com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis e de validade do concurso de 1 ano, contado da data da publicação da lista de classificação final, nos termos, respetivamente, da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º e n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, e com base nos seguintes termos: -----
- Tipo de concurso: Externo de Ingresso; -----
- Categoria/carreira: Técnico de Informática Adjunto Nível 1/ Técnico de Informática;-----
- Número de lugares a concurso: O concurso destina-se ao preenchimento de 1 lugar vago existente;----
- Modalidade de constituição da relação jurídica: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado; -----

- Conteúdo funcional: O descrito no artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril; -----
- Prazo para apresentação de candidaturas: 10 dias úteis; -----
- Validade do concurso: O concurso é válido para preenchimento do lugar posto a concurso e para os que vierem a ocorrer no prazo máximo de um ano. -----
- Habilitações literárias: 12.º ano de escolaridade e formação complementar específica em informática devidamente certificada, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março. -----
- Remuneração e condições de trabalho: escalão 1, índice 187 (atual nível remuneratório 4), a que corresponde a remuneração base de 645,07€, enquanto estagiário da categoria de técnico de informática, e escalão 1, índice 207, a que corresponde a remuneração base 712,72€ (atual nível remuneratório entre 5 e 6), após conclusão de estágio com aproveitamento. As condições de trabalho são as genericamente vigentes para administração local. -----
- Local de trabalho: área do Município de Azambuja -----
- Métodos de seleção: Nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho, os métodos de seleção são: Prova de Conhecimentos escrita, com carácter eliminatório, e Avaliação Curricular complementados com Entrevista Profissional de Seleção. -----
- Composição do júri de seleção e de estágio: -----
- Presidente: Maria Irene Lameiro dos Santos, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro; --
- Vogais efetivos: Filipe Gonçalves António, Especialista de Informática, Grau 1 Nível 2 do Município de Azambuja, e Pedro Alexandre da Silva Moreira Precatado, Técnico Superior. -----
- Vogais suplentes: Maria João Gomes da Silva Martins, Técnico Superior, e Ricardo Miguel Nunes Portela, Chefe da Divisão Financeira. -----
- O 1.º vogal efetivo substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos." -----
- Uma vez posta a votação a Proposta 41/V-SV/2020 foi aprovada por unanimidade. -----
- 11. Proposta Nº 39/V-SV/2020 – Apoio Financeiro – Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima**
- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----
- "Considerando que: -----
- nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente, no domínio da ação social; -----
- nessa senda e sempre numa ótica de desenvolvimento local e com o objetivo de promover a qualidade de vida, designadamente dos grupos sociais mais vulneráveis, como os idosos, as crianças, as pessoas portadoras de deficiência, o Município de Azambuja tem vindo a apoiar e colaborar com as Instituições e entidades sem fins lucrativos que, prosseguindo esses fins, procuram dar resposta a todo um conjunto de problemas sociais sentidos no concelho de Azambuja; -----
- por ofício n.º 32/2019, de 10 de abril de 2019, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante, o Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima veio informar que iria proceder a obras de reabilitação e melhorias no edifício do Jardim de Infância, ao abrigo de uma candidatura aprovada no âmbito do Programa Portugal 2020, bem como quais os valores envolvidos e, ainda, solicitar o apoio do Município na parte não financiada; -----
- se encontra em vigor o Regulamento de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Azambuja (doravante, Regulamento de Apoio às IPSS), publicado na 2.ª Série do Diário da República, de 18 de outubro de 2018 (Edital n.º 974/2018), nos termos do qual se estabelece que o Município apoia, até 25% sobre o valor não participado com o limite máximo de 50.000,00 €, a realização de obras cofinanciadas de beneficiação, conservação e restauro de imóveis (vide artigo 13.º); -
- no caso concreto, o valor total de despesa elegível aprovada é de 370.874,98 € (trezentos e setenta mil, oitocentos e setenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos), dos quais 315.243,73 € (trezentos e quinze mil, duzentos e quarenta e três euros e setenta e três cêntimos), correspondentes a 85%, são financiados pela candidatura, e os remanescentes 55.631,25 € terão de ser suportados pela entidade beneficiária – tudo conforme o termo de aceitação resultante da reprogramação financeira da candidatura, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante (vide pág. 6); -----
- consequentemente e ao abrigo do estabelecido no supra referido artigo 13.º do Regulamento de Apoio às IPSS, a comparticipação máxima a atribuir ao Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima é de 13.907,81 € (treze mil, novecentos e sete euros e oitenta e um cêntimos); -----

--- o Município tem disponibilidade financeira para atribuir um apoio de 12.000,00€ (doze mil euros); ----
--- compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a entidades e organismos legalmente existentes, apoiar, pelos meios adequados, as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere aprovar a atribuição ao Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima de um subsídio, no montante de 12.000,00€ (doze mil euros), para apoio à realização de obras cofinanciadas pela administração central, nos termos previstos no artigo 13º do Regulamento de Apoio às IPSS;" -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 39/V-SV/2020 foi aprovada por unanimidade. -----

--- 12 – INFORMAÇÕES -----

--- 12.1 - Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira -----

--- 12.1.1-Contabilidade: -----

--- Resumo da Execução Orçamental – Período de 1/1/ 2020 a 21/7/2020. -----

--- Mapa de fundos Disponíveis. -----

--- INF 12/P/2020 - Modificação ao Orçamento. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

---12.1.2- Aprovisionamento, Período de 8 a 21/7/2020. -----

--- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo da Proposta 97/P/2019 -----

--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----


--- 12.2 – Divisão de Planeamento Urbanístico – Despachos do mês de junho -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- Para conhecimento geral se publica este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume. -----

Azambuja 3 de agosto de 2020

A Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Azambuja



Sílvia Narciso Vítor